

Cidadania digital: uma saída para a crise da política?

Digital citizenship: a way out of the crisis of politics?

■ ELI BORGES JÚNIOR^a

Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação.
São Paulo – SP, Brasil

DI FELICE, M. (2019).

La cittadinanza digitale:

La crisi dell'idea occidentale di democrazia e la partecipazione nelle reti digitali.

Milan, Italy: Meltemi. 228 p.

ISBN: 9788855190282

RESUMO

Na obra *La cittadinanza digitale: La crisi dell'idea occidentale di democrazia e la partecipazione nelle reti digitali*, Massimo Di Felice descreve duas transformações fundamentais que caracterizariam nossa época: o advento das redes digitais e a crise ambiental. Essa conjunção levaria as formas tradicionais do fazer político – eminentemente humanas – a uma certa aporia, já que agora, em um contexto de conectividade generalizada, elementos de outras naturezas – não humanas – passariam também a agir. Sua proposta à crise: reunir todos em um novo e diverso comum, a *cidadania digital*. Defende, para isso, uma revisão epistemológica e a formulação de um novo léxico, problematizando conceitos como *sociedade*, *indivíduo* e mesmo *política*.

Palavras-chave: Cidadania, comum, democracia, participação política, redes digitais

ABSTRACT

In *La cittadinanza digitale: La crisi dell'idea occidentale di democrazia e la partecipazione nelle reti digitali*, Massimo Di Felice describes two fundamental transformations that characterize our time: the advent of digital networks and the environmental crisis. This conjunction would lead the traditional forms of politics – eminently human – to an aporia, since now, in a context of widespread connectivity, elements of other natures – nonhuman – would also act. His proposal for the crisis: to bring all together in a new and diverse common, the *digital citizenship*. In this regard, he recommends an epistemological review and the formulation of a new lexicon, problematizing concepts such as *society*, *individual* and *politics*.

Keywords: Citizenship, common, democracy, political participation, digital networks

^a Doutorando e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista de doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp): Processo nº 2016/03588-7. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0937-4741>. E-mail: ridolfi.eli@gmail.com

CERTA VEZ, ABY Warburg, grande historiador da imagem, valer-se-ia da metáfora do sismógrafo como forma de descrever o papel do historiador, que aqui muito bem poderíamos estender ao do intelectual: assim como esse aparelho, ele pode captar as vibrações de seu tempo, tem a capacidade de registrá-las, porém jamais de uma maneira isolada, já que, ao mesmo tempo, também participa do próprio sismo, vibrando junto; é por isso, muitas vezes, que seus sismogramas – rabiscos quase indecifráveis – só ficarão mais claros nos tempos de calma (ver Warburg, 1927/1999, p. 21, e Didi-Huberman, 2002, pp. 117-125). A mais recente obra de Massimo Di Felice, *La cittadinanza digitale* (*A cidadania digital*, publicada em versão italiana pela editora Meltemi), sugere-se como um desses sismogramas: ela nasce de um problema urgente, de um terremoto que poderíamos mesmo dizer “global”, que seu subtítulo já nos anuncia cristalino: “a crise da ideia ocidental de democracia e a participação nas redes digitais”¹.

¹No original: “La crisi dell’idea occidentale di democrazia e la partecipazione nelle reti digitali”. Tanto o título e o subtítulo do livro quanto todas as suas citações aqui utilizadas foram traduzidos do italiano para o português pelo autor desta resenha.

A emergência do momento, o seu aspecto conturbado e desconfortável, exigiria mesmo uma obra ousada, extremamente inquietante e que parece querer assumir o preço de suas proposições. Di Felice parte do reconhecimento de um problema, da descrição dessa crise e de uma aporia da política ocidental, e vai além: assumindo o risco desse movimento, propondo não o seu antídoto para o dilema, mas uma espécie de orientação a partir da qual possamos enxergar possibilidades de contorná-lo. A obra parece cumprir mais um capítulo da trajetória teórica do autor, aprofundando, revendo ou reposicionando questões como a do “habitar comunicativo”, tema de seu *Paisagens pós-urbanas* (Di Felice, 2009), ou das relações contemporâneas entre meio ambiente e as tecnologias da informação, chave articuladora de *Redes digitais e sustentabilidade* (Di Felice, Cutolo, & Yanaze, 2012). Mas é mesmo em *Net-ativismo* (Di Felice, 2017), sua penúltima obra, que o autor parece já preparar o leitor para aquele que seria o mote de *A cidadania digital*: o advento de um tipo outro de ação e a participação dos elementos não humanos.

Há várias maneiras de ler esse mais recente livro de Di Felice (2019); uma delas é concebê-lo em dois movimentos principais. No primeiro, o autor busca dar conta do problema, situando o leitor: trata brevemente da evolução da web, desde suas primeiras formas de conexão, até as mais complexas, com sua “rede de redes” (p. 36), atravessando ainda temas hoje em emergência, como *Internet of Things*, *Internet of Everything*, *Big Data*, plataformas e *blockchain*. Assinala, então, duas profundas e convergentes transformações: a primeira relacionada a esse advento das tecnologias digitais e a segunda, marcada pelas questões climáticas que dariam origem a uma aguda crise ecológica (p. 13). Trata-se, na verdade, de dois fenômenos complementares, e essa conjunção é chave fundamental e

mesmo um *tour de force* dentro do texto. Mais do que uma mudança técnica, a hipertrofia dessas tecnologias significaria uma verdadeira alteração de nossa própria “condição habitativa”, transformando vertiginosamente as mais distintas esferas da vida social: de fato, uma “transfiguração do mundo” (p. 23). O interessante é perceber, de certa maneira, como o próprio sentimento de crise está relacionado com uma mudança na percepção sobre nós mesmos e sobre o mundo, como a transformação de nossas noções de tempo e espaço, possibilitadas por esses dispositivos, acabaram por redefinir nosso próprio sentido de “comum” e daquilo que tradicionalmente o operava, a saber, a política.

Pois é justamente essa nova percepção que nos faz reconhecer também aquilo que nos teria levado a uma crise de tais proporções. Parte importante disso poderia ser explicado, segundo o autor, pela ideia ocidental sobre o humano, a qual acaba por narrá-lo sempre como “o sujeito independente e livre”, como que “separado do ambiente” e “autônomo com relação à técnica” (Di Felice, 2019, p. 15). Essa distinção entre sujeito que age e objeto que recebe a ação teria criado uma ideia de ecologia em que o elemento humano aparece sempre rodeado dos demais entes, das coisas ou dos outros seres vivos: o ambiente então se converte em algo, no limite, definido e controlado pelo humano. Essa concepção seria não só “insustentável”, mas também “perigosa” e poderia ser posta como um dos pontos fundantes da atual crise ecológica.

Tal ideia ocidental de humano ressoaria em nossas concepções de “sociedade” e de “política”, as quais reproduziriam a centralidade de um sujeito racional, sem considerar elementos de outras naturezas ou mesmo outros tipos de ação para além daqueles eminentemente humanos. É o que faria “uma ideia pobre e simplificada de sociedade, composta por indivíduos organizados em classes e instituições, localizados em espaços urbanos, estados e nações e, portanto, separados do mundo não humano, reduzido a coisa, ‘*rex extensa*’ e matéria-prima”² (Di Felice, 2019, p. 16). Essa é a tônica da crítica de Di Felice às ciências sociais, o que já apareceria – é preciso destacar – em obras anteriores como *Redes digitais e sustentabilidade* e *Net-ativismo*, em que o autor problematiza, dentre outros, conceitos como a “ação social” weberiana (Weber, 1922/1968) ou a “ação comunicativa” de Habermas (1981/1985).

Ora, o que Di Felice (2019) intenta demarcar aqui é mesmo uma crise teórica, a crise de um modelo de pensamento que, em larga medida, pode ser desdobrada tanto sob um ponto de vista epistemológico, como sob uma perspectiva metodológica. E, por isso, visualiza a necessidade de problematizar as próprias potencialidades do método científico tradicional (marcado pela distinção clara entre um sujeito, humano, e seu objeto), de sua possibilidade de conhecer em profundidade. É necessário, segundo o autor, repensar toda a natureza dessa nova

²No original: “Un’idea di società, povera e semplificata, composta da individui organizzati in classi ed istituzioni, ubicati in spazi urbani, stati e nazioni, e, pertanto, separati dal mondo non umano, ridotto a cosa, ‘*rex extensa*’ e materia prima”.

ação viabilizada pela conectividade em rede. Isso porque as “últimas gerações de redes” (p. 39), com seus sensores, bancos de dados, algoritmos e sistemas geográficos de localização, abririam espaço para o surgimento de um tipo de agir que sugere não mais ter o humano como centro, uma ação que, em vez de precipitada por ele, opera em rede, conectando, em um nível global, humanos, territórios, plantas, animais e dispositivos tecnológicos.

Mas como repensar essa tarefa do conhecer levando em conta outros modos de protagonismo? Denunciando sua herança heideggeriana de apreço à etimologia dos termos, Di Felice propõe-se à constituição de um novo léxico, capaz de dar conta das singularidades dessa postura epistemológica outra. Desse esforço resultam conceitos, por ele mesmo cunhados ou ressignificados, como “infoecologia”, “ato”, “infovíduo”, “infomatéria”, “datavíduo”, “comundo”. Isso marca o que poderíamos descrever como o segundo movimento do livro, no qual o autor apresenta, para responder a essa nova natureza da ação e à participação de elementos dos mais diversos tipos, os fundamentos principais daquilo que denomina *cidadania digital*.

Com o conceito de “cidadania digital”, Di Felice (2019) visa descrever um novo tipo de “comum”, aquele que, levando em consideração esse novo caráter da ação, supera a ideia “humanocêntrica” de sociedade. Diante da crise ecológica e das novas possibilidades de conectividade inauguradas pelas tecnologias em rede, é preciso, segundo ele, redefinir a própria ideia de participação. O tom é mesmo o de um manifesto: devemos admitir, nesse sentido, novos atores, não apenas humanos, constituindo, assim, “uma nova morfologia do social” (p. 20). E assim Di Felice desenvolve os capítulos centrais de seu índice, apresentando os “novos cidadãos” desse seu “comundo”: rios, ecossistemas e clima (p. 148), hologramas (p. 153), humanoides e robôs (p. 161), “entidades informáticas”, avatares e assistentes digitais (p. 173).

Mas Di Felice (2019) ressalva que essa nova morfologia não significaria uma simples “expansão dos direitos e das formas administrativas parlamentares” (p. 20), já que isso seria perpetuar a própria característica humanocêntrica dessas formas. É por isso que noções como a de “parlamento das coisas” (Latour, 1994/2018) não lhe parecem suficientes, vista a própria crise contemporânea da “forma parlamentar” e o advento de processos de decisão que, segundo o autor, ultrapassariam a esfera humana (Di Felice, 2019, p. 174). Nesse sentido, deslocando a ideia de “Estado” para a de “comundo” e embalado pela noção de “contrato natural” de Michel Serres (1990/2009), propõe então o conceito de “plataforma”: arquitetura informativa que tende a transformar os conceitos de “democracia representativa” e “administração pública”. Nela,

a gestão das ecologias interativas complexas demandará o diálogo entre as diversas inteligências, as quais, além daquela humana, formarão a rede das redes dos fluxos informativos: as inteligências dos dados, as do clima, as dos fluxos econômicos, as dos fluxos dos dados territoriais³. (Di Felice, 2019, p. 176)

Quem se aventurar no ousado périplo desenhado pelo autor encontrará, ao final do livro, aquilo que poderia ser considerado como o grande sustentáculo teórico de seu projeto: o *Manifesto para a Cidadania Digital*. Interessante síntese da obra, é dividido em quatro partes e tem como seus primeiros signatários pesquisadores de importantes instituições dos Estados Unidos, Canadá, Portugal, Itália e México. Ao propor esse manifesto, inserindo sua reflexão em um importante círculo de debates com renomadas instituições, como o Massachusetts Institute of Technology ou a Universidade de Toronto, Di Felice vai além da crítica: lança-se ao campo da proposição, da experimentação conceitual, da forma do “ensaio” como possibilidade de repensar fenômenos urgentes, possibilidades sujeitas sempre, é claro, aos imprevistos – e aos sismos – de nossa época.

E a forma com que faz tudo isso é bastante interessante: tem visão profunda sobre o presente, recorrendo vez ou outra a importantes orientações da tradição. Assim deixa ver a sua forte herança clássica – romano que é – sem, no entanto, seduzir-se pelos extravios da erudição. A tarefa é desafiadora, mas necessária nesses nossos tempos. Afinal, como traz em certa parte de seu texto, recordando Walter Benjamin (citado em Di Felice, 2019), “é só pelo hoje que o passado adquire significado” (p. 31). ■

³No original: “La gestione delle ecologie interattive complesse richiederà il dialogo tra le diverse intelligenze che, oltre a quella umana, formeranno la rete delle reti dei flussi informativi: quelle dei dati, quelle del clima, quelle dei flussi economici, quelle dei flussi dei dati territoriali etc.”.

REFERÊNCIAS

- Di Felice, M. (2009). *Paisagens pós-urbanas: O fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar*. São Paulo, SP: Annablume.
- Di Felice, M. (2017). *Net-ativismo: Da ação social para o ato conectivo*. São Paulo, SP: Paulus.
- Di Felice, M. (2019). *La cittadinanza digitale: La crisi dell'idea occidentale di democrazia e la partecipazione nelle reti digitali*. Milão, Itália: Meltemi.
- Di Felice, M., Cutolo, J., & Yanaze, L. (2012). *Redes digitais e sustentabilidade: As interações com o meio ambiente na era da informação*. São Paulo, SP: Annablume.
- Didi-Huberman, G. (2002). *L'image survivante: Histoire de l'art et temps des fantômes selon Aby Warburg*. Paris, França: Les Éditions de Minuit.
- Habermas, J. (1985). *The theory of communicative action* (Vols. 1/2, T. McCarthy, Trad.). Boston, MA: Beacon Press. (Obra original publicada em 1981)

- Latour, B. (2018). Esquisse d'un Parlement des choses. *Écologie & Politique*, 56(1), 47-64. doi: 10.3917/ecopo1.056.0047. (Obra original publicada em 1994)
- Serres, M. (2009). *Le contrat naturel*. Paris, França: Flammarion. (Obra original publicada em 1990)
- Warburg, A. (1999). Texte de clôture du séminaire sur Jacob Burckhardt. *Les Cahiers du Musée national d'Art moderne*, (68), 21-23. (Obra original publicada em 1927)
- Weber, M. (1968). *Economy and society: An outline of interpretive sociology* (G. Roth & C. Wittich, Eds.). Berkeley, Los Angeles, CA: University of California Press. (Obra original publicada em 1922)

Artigo recebido em 4 de novembro de 2019 e aprovado em 4 de dezembro de 2019.